

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

AS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO 21

Alexandre Freitas Câmara

CAPÍTULO 2

OS DESAFIOS DA JUSTIÇA GRATUITA COMO INSTRUMENTO DE ACESSO À JURISDIÇÃO NO CPC/15 35

Rogério de Vidal Cunha

I.	INTRODUÇÃO	35
II.	DIFERENÇA ENTRE ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA, JUSTIÇA GRATUITA E ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.....	36
III.	JUSTIÇA GRATUITA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL:.....	46
	3.1. CONCEITO E BENEFICIÁRIOS	46
	3.2. PROCEDIMENTO PARA A ANÁLISE DO REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO E MÉTODOS DE IMPUGNAÇÃO.....	49
	3.3. OBJETO E ABRANGÊNCIA DA JUSTIÇA GRATUITA.	60
	3.3.1. DESPESAS COM AS TAXAS, CUSTAS JUDICIAIS (INCISO I), AS DESPESAS COM PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL (INCISO III) E EMOLUMENTOS (INCISO IX)	60
	3.3.2. OS SELOS POSTAIS.....	66
	3.3.3. INDENIZAÇÃO DEVIDA À TESTEMUNHA (INCISO, IV)....	67
	3.3.4. DESPESAS COM CONTADOR (INCISO VII), INTÉRPRETE OU DO TRADUTOR (INCISO VI).....	68
	3.3.5. DESPESAS COM HONORÁRIOS DO PERITO (INCISO VI) E A REALIZAÇÃO DE EXAME DE CÓDIGO GENÉTICO - DNA E DE OUTROS EXAMES CONSIDERADOS ESSENCIAIS (INCISO V).....	72
	3.3.6. OS DEPÓSITOS PREVISTOS EM LEI PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO	75
	3.3.7. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (INCISO VI).....	76
	3.4. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DAS VERBAS DEVIDAS (ART. 98, §3º).....	77
IV.	CONCLUSÃO	79
V.	BIBLIOGRAFIA	80

CAPÍTULO 3	
DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES	83
<i>Eduardo Novacki</i>	
INTRODUÇÃO	83
1. DOS DEVERES.....	83
1.1. CONSEQUÊNCIAS DAS VIOLAÇÕES AOS DEVERES	86
2. DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES POR DANO PROCESSUAL.....	90
3. DAS DESPESAS, DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DAS MULTAS	95
3.1. RESPONSABILIDADE PELO ADIANTAMENTO DAS DESPESAS	96
3.2. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DAS DESPESAS	101
4. DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA	112
REFERÊNCIAS	117
CAPÍTULO 4	
OS ATOS PROCESSUAIS ELETRÔNICOS NO CPC/15.....	119
<i>Antônio Carvalho Filho</i>	
1. INTRODUÇÃO	119
2. PRINCÍPIOS E PRESSUPOSTOS PARA A PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS EM MEIO ELETRÔNICO.....	120
3. A SEGURANÇA DOS ATOS PROCESSUAIS EM MEIO ELETRÔNICO.....	126
4. COMUNICAÇÃO PROCESSUAL ELETRÔNICA.....	130
4.1. O DIÁRIO DE JUSTIÇA ELETRÔNICO (EDJ).....	130
4.2. CADASTRAMENTO OBRIGATÓRIO PARA CITAÇÃO ELETRÔNICA.....	135
4.3. INTIMAÇÃO ELETRÔNICA (<i>STRICTO SENSU</i>).....	140
5. PRAZOS NAS COMUNICAÇÕES ELETRÔNICAS.....	141
6. BIBLIOGRAFIA	147
CAPÍTULO 5	
A CONCILIAÇÃO E A MEDIAÇÃO NO CPC/2015	151
<i>Trícia Navarro Xavier Cabral</i>	
1. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA MEDIAÇÃO E DA CONCILIAÇÃO.....	151
2. FONTES LEGISLATIVAS DA CONCILIAÇÃO E DA MEDIAÇÃO.....	153
3. ESTRUTURA JUDICIAL DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS.....	158
4. DESAFIOS PRÁTICOS DA MEDIAÇÃO E DA CONCILIAÇÃO NO CPC/2015	160

5.	ANÁLISE PROSPECTIVA.....	162
6.	REFERÊNCIAS	164

CAPÍTULO 6

VEDAÇÃO À DESPESA-SURPRESA E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	167
---	------------

Marcelo Barbi Gonçalves

1.	INTRODUÇÃO	167
2.	NATUREZA JURÍDICA DAS NORMAS CONCERNENTES AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	168
3.	DA VEDAÇÃO À DESPESA-SURPRESA.....	173
4.	CONCLUSÃO	174
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175

CAPÍTULO 7

A NOMEAÇÃO À AUTORIA E SUA RELEITURA PERANTE O NCPC	177
--	------------

Fábio Caldas de Araújo

1.	O DIREITO MATERIAL E O PROCESSO.....	177
2.	A NOMEAÇÃO E A APARÊNCIA JURÍDICA	178
3.	BREVE NOTÍCIA DO DIREITO ANTERIOR.....	180
4.	A APARÊNCIA E A DISTINÇÃO ENTRE PROPRIETÁRIO/POSSUIDOR/DETENTOR	182
5.	A CORREÇÃO DO POLO NAS RELAÇÕES JURÍDICAS PESSOAIS	184
6.	CASO ESPECÍFICO: A AÇÃO REIVINDICATÓRIA E A INTERPRETAÇÃO DO ART. 1228 DO CCB.....	185
7.	CONCLUSÃO	191
	BIBLIOGRAFIA	191

CAPÍTULO 8

FLEXIBILIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO E CALENDÁRIO PROCESSUAL NO NOVO CPC.....	195
--	------------

Ricardo Villas Bôas Cueva

1.	INTRODUÇÃO	195
2.	O GERENCIAMENTO DOS PROCESSOS JUDICIAIS.....	198
3.	NEGÓCIOS PROCESSUAIS ATÍPICOS (ART. 190 DO NCPC).....	202
4.	O CALENDÁRIO PROCESSUAL (ART. 191).....	206
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	207

CAPÍTULO 9**O ATO DE SANEAR E ORGANIZAR O PROCESSO COMO ELEMENTO SUBSTANCIAL PARA A QUALIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS, NA LINHA PRECONIZADA PELO NOVO CPC..... 209***Herval Sampaio Junior*

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O ESPÍRITO DO NOVO CPC..... 209
2. DA ESTRUTURAÇÃO NO NOVO CPC E DA REALIDADE DO ANTIGO ARTIGO 331 213
3. OS ATOS PROCESSUAIS DE SANEAMENTO QUE DEVEM SER REALIZADOS OBRIGATORIAMENTE COM O NOVO CPC 216
4. DO SANEAMENTO CONSENSUAL PELAS PRÓPRIAS PARTES 221
5. DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES DE SANEAMENTO PREVISTAS NO ARTIGO 357 DO NOVO CPC..... 223
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESAFIOS A SEREM IMPLEMENTADOS POR TODOS OS ATORES DO PROCESSO, EM ESPECIAL O JUIZ, QUE CONTINUA O PRESIDINDO..... 224
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 226

CAPÍTULO 10**UMA ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE A PROVA ELETRÔNICA, MEIOS ELETRÔNICOS E DOCUMENTOS ELETRÔNICOS NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL DA ESPANHA E BRASIL..... 229***Alexandre Freire Pimentel**Bruno Freire Pimentel**Pomba Mendes Saldanha*

1. INTRODUÇÃO 229
2. MEIOS ELETRÔNICOS, PROVA ELETRÔNICA E DOCUMENTOS ELETRÔNICOS NO DIREITO PROCESSUAL ESPANHOL 230
3. DELIMITAÇÃO CONCEITUAL DA EXPRESSÃO “PROVA” E O DIREITO INTERTEMPORAL INSTITUÍDO NO CPC-2015 234
4. PROVAS, MEIOS ELETRÔNICOS E DOCUMENTOS ELETRÔNICOS NO CPC-BRASIL-2015..... 235
5. O SISTEMA BRASILEIRO DE DIGITALIZAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE DOCUMENTOS CONSTITUÍDOS POR MEIOS ELETROMAGNÉTICOS, CRIADO PELA LEI 12.682/2012..... 238
6. CONCLUSÕES SOBRE A FORÇA PROBATÓRIA DOS DOCUMENTOS ELETRÔNICOS NO BRASIL E ESPANHA..... 240
7. REFERÊNCIAS 242

CAPÍTULO 11**O DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO 245***Lúcio Grassi de Gouveia*

1. INTRODUÇÃO	245
2. CONHECIMENTO, LINGUAGEM E FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	250
3. DECIDIR E FUNDAMENTAR SÃO ATIVIDADES LÓGICAS?	253
4. DECISÕES NÃO FUNDAMENTADAS E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ..	263
5. CONCLUSÕES	276
REFERÊNCIAS	277

CAPÍTULO 12**PONDERAÇÕES SOBRE A PONDERAÇÃO – O § 2º DO ART. 489 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 281***Leonardo de Farias Duarte*

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	281
2. PRINCÍPIOS.....	283
2.1. DWORKIN.....	284
2.2. ALEXY.....	286
2.3. APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS.....	287
3. CONFLITO DE REGRAS E COLISÃO DE PRINCÍPIOS	289
4. PROPORCIONALIDADE E PONDERAÇÃO (OU SOPESAMENTO).....	290
5. PONDERAÇÕES SOBRE A PONDERAÇÃO	292
6. ARGUMENTAÇÃO RACIONAL E FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.....	295
7. CONCLUSÃO	301
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	302

CAPÍTULO 13**APELAÇÃO 305***Gilson Delgado Miranda*

1. CONCEITO	305
2. CABIMENTO/ADEQUAÇÃO.....	309
3. ÂMBITO DE DEVOLUTIVIDADE DA APELAÇÃO (ART. 1.013).....	313
4. QUESTÕES SUSCITADAS E DISCUTIDAS (ART. 1.013, §§ 1º E 2º).....	315
5. JULGAMENTO DA CAUSA MADURA (ART. 1.013, § 3º).....	317
6. QUESTÕES DE FATO NÃO INVOCADAS POR MOTIVO DE FORÇA MAIOR (ART. 1.014).....	320

7.	PROCESSAMENTO DO RECURSO	322
8.	DESERÇÃO X JUSTO IMPEDIMENTO	329
9.	EFEITOS DA APELAÇÃO: DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO.....	331
10.	BIBLIOGRAFIA	334

CAPÍTULO 14

OBSERVAÇÕES SOBRE O ROL TAXATIVO DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NO CPC/2015, NA PERSPECTIVA DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO.....	337
---	------------

Clayton Maranhão

1.	INTRODUÇÃO	337
2.	SÍNTESE DAS PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES DO AGRAVO DE INSTRUMENTO NO SISTEMA PROCESSUAL DO CPC/2015.....	340
3.	HIPÓTESES DE CABIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO NO CPC/2015	342
3.1.	TUTELAS PROVISÓRIAS.....	343
3.2.	MÉRITO DO PROCESSO	346
4.	DECISÕES IRRECORRÍVEIS E NECESSIDADE DE RESGATE DA <i>RATIO DECIDENDI</i> DA SÚMULA 267 DO STF, A PARTIR DO PRECEDENTE CONTIDO NO RE 76.909.....	355

CAPÍTULO 15

O SISTEMA DE PRECEDENTES VINCULANTES E O INCREMENTO DA EFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: APLICAR A <i>RATIO DECIDENDI</i> SEM REDISCUTI-LA.....	357
---	------------

Frederico Augusto Leopoldino Koehler

1.	INTRODUÇÃO	357
2.	A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS NO CPC/2015 (O ART. 489, §1º)	358
3.	A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS COM BASE EM PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS	359
4.	CONCLUSÃO	368
5.	REFERÊNCIAS	369

CAPÍTULO 16

A CONSTITUCIONALIDADE DA APLICAÇÃO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS AOS JUIZADOS ESPECIAIS	373
--	------------

Aluisio Gonçalves de Castro Mendes

Odilon Romano Neto

1.	INTRODUÇÃO	373
----	------------------	-----

2.	HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS NO BRASIL.....	377
3.	BREVES COMENTÁRIOS ACERCA DO ARTIGO 98, I, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.....	382
4.	BREVES COMENTÁRIOS ACERCA DA ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS VINCULANTES ÀS DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE 2º GRAU.....	386
5.	O MODELO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS E SUAS DEFICIÊNCIAS	389
6.	O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	396
7.	QUESTÕES RELATIVAS À APLICAÇÃO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS AOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	400
8.	CONCLUSÃO	409
	BIBLIOGRAFIA	410

CAPÍTULO 17

O NOVO CPC E A ALEGORIA DA CHARNEIRA: UMA INFLEXÃO FILOSÓFICA AO MITO DA SEGURANÇA EM *PINDORAMA*.....

Ricardo Tinoco de Goes

1.	INTRODUÇÃO	413
2.	RECONSTRUIR OU CONSTRUIR UMA HISTÓRIA DE PRECEDENTES?.....	417
3.	ENTRE O “RECONSTRUIR” E O “CONSTRUIR” UMA HISTÓRIA DE PRECEDENTES: COMO SITUAR O NOVO CPC?	423
4.	À GUIA DE CONCLUSÃO: ESTABILIDADE E PREVISIBILIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS SEM PREJUÍZO DA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA. DO CONTRÁRIO, <i>SEGURANÇA DE QUÊ E PARA QUEM?</i>	427
	BIBLIOGRAFIA	428

CAPÍTULO 18

ASPECTOS POLÊMICOS DA COISA JULGADA NO NOVO CPC.....

Newton Pereira Ramos Neto

1.	INTRODUÇÃO	431
2.	COISA JULGADA: ASPECTOS GERAIS.....	432
3.	COISA JULGADA MATERIAL E FORMAL: A QUESTÃO DA COISA JULGADA DE NATUREZA PROCESSUAL.....	433
4.	A COISA JULGADA TOTAL E PARCIAL.....	436
5.	EFICÁCIA DA COISA JULGADA.....	439
5.1.	OS LIMITES OBJETIVOS.....	439
5.2.	OS LIMITES SUBJETIVOS	445

6.	O PROBLEMA DA ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA E SUA RELAÇÃO COM A COISA JULGADA.....	450
7.	A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA	453
8.	COISA JULGADA E NEGÓCIOS PROCESSUAIS.....	456
9.	CONCLUSÃO	457
10.	REFERÊNCIAS	458

CAPÍTULO 19

O CUMPRIMENTO DA DECISÃO DE ALIMENTOS - INOVAÇÕES POSITIVAS E NEGATIVAS..... 461

Rafael Calmon Rangel

	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	461
1.	DAS INOVAÇÕES CONSIDERADAS POSITIVAS.....	461
2.	DAS INOVAÇÕES CONSIDERADAS NEGATIVAS	468
	REFERÊNCIAS	472

CAPÍTULO 20

APONTAMENTOS SOBRE A AÇÃO MONITÓRIA 475

Antônio Carvalho Filho

1.	A TUTELA MONITÓRIA NO BRASIL.....	475
2.	OBJETO DA AÇÃO MONITÓRIA	478
3.	REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL DA AÇÃO MONITÓRIA.....	479
3.1.	PROVA ESCRITA	479
3.2.	CAPACIDADE CIVIL DO DEVEDOR – FAZENDA PÚBLICA.....	483
3.3.	VANTAGEM ECONÔMICA PERSEGUIDA	484
4.	DECISÃO INICIAL POSITIVA – O PROBLEMA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	485
4.1.	NATUREZA JURÍDICA DO PRONUNCIAMENTO INICIAL E A FORMAÇÃO DA COISA JULGADA MATERIAL.....	490
5.	CITAÇÃO DO RÉU, SUAS ATITUDES E RESPECTIVOS EFEITOS.....	494
5.1.	CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO	497
5.2.	CUMPRIMENTO PARCELADO DA OBRIGAÇÃO	501
5.3.	INÉRCIA DO DEVEDOR.....	508
5.4.	EMBARGOS AO MANDADO MONITÓRIO	509
6.	O RECURSO CONTRA A SENTENÇA DOS EMBARGOS AO MANDADO MONITÓRIO.....	516
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	519

CAPÍTULO 21

APLICAÇÃO DO NOVO CPC AO PROCESSO DO TRABALHO: SUBSIDIARIEDADE E SUPLETIVIDADE..... 525

Bento Herculano Duarte

1.	INTRODUÇÃO. ART. 15 DO NCPC. ART. 769 DA CLT	525
2.	SUPLETIVIDADE E SUBSIDIARIEDADE.....	527
3.	DOS PRINCÍPIOS NA PARTE GERAL DO NCPC. DO ART. 489 DO NCPC. DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	529
4.	ORDEM CRONOLÓGICA.....	533
5.	INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 139, DO COLENDO TST.....	534
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	540